

CHRISTIANO ROCHA BOSCO TEIXEIRA

**OMISSÃO DO PODER PÚBLICO QUANTO AO DEVER DE
PROTEÇÃO DA FAUNA NO CONTROLE DE ZONOSSES:
EM FOCO O MUNICÍPIO DE CARATINGA - MG**

BACHARELADO EM DIREITO

FIC – MINAS GERAIS

2014

CHRISTIANO ROCHA BOSCO TEIXEIRA

**OMISSÃO DO PODER PÚBLICO QUANTO AO DEVER DE
PROTEÇÃO DA FAUNA NO CONTROLE DE ZONOSSES:
EM FOCO O MUNICÍPIO DE CARATINGA - MG**

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de direito das Faculdades Integradas de Caratinga – FIC, como exigência parcial para detenção ao grau de bacharelado em Direito, sob orientação do professor Juliano Sepe Lima Costa.

FIC – CARATINGA

2014

RESUMO

O presente estudo pretende abordar o tema sobre a omissão do poder público quanto ao dever de proteção da fauna no controle de zoonoses, tendo como foco o município de Caratinga, MG. Nesse sentido, será questionado se a obscuridade contida no inciso II da Lei municipal 2725/02, de Caratinga, que trata do destino de cães e gatos apreendidos pelo controle de zoonoses, caracteriza omissão do poder público quanto ao dever constitucional de proteção à fauna, contido no artigo 225, parágrafo primeiro, inciso VII, da CF. Nesse contexto, pretende-se afirmar que a forma vaga com que a referida Lei Municipal trata desse destino, acaba por permitir a submissão dos animais à situação de maus tratos traduzindo uma omissão inconstitucional.

Palavras-chave: controle de zoonoses; meio ambiente ecologicamente equilibrado; fauna; poder público; controle de constitucionalidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

CCZ - Centro de controle de zoonoses

CE - Constituição Estadual

CF - Constituição Federal

CZ - Controle de zoonoses

OMS - Organização Mundial de Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	8
CAPÍTULO 1 – CONTROLE DE ZONOSSES NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE CARATINGA	13
1.1 Sofrimento animal em nome da saúde pública?.....	13
1.2 Modelos eficazes de política de zoonoses	14
1.3 Situação do município de Caratinga	17
1.4 A lei que deveria tratar do destino dos cães e gatos apreendidos	19
CAPÍTULO 2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS DEVERES EM RELAÇÃO AO CONTROLE DE ZONOSSES	24
2.1 Ato do poder público	24
2.2 Dos princípios constitucionais da administração pública	25
2.3 Outros princípios que vinculam a atuação administrativa.....	28
2.4 As normas constitucionais direcionadas ao poder público	30
2.5 A relação entre o meio ambiente, a fauna e o controle de zoonoses.....	32
CAPÍTULO 3 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA	36
3.1 A omissão do poder público e sua suposta inconstitucionalidade	36
3.2 A Constituição e a inconstitucionalidade	38
3.3 Controle de constitucionalidade	40
3.3.1 A espécie da inconstitucionalidade	41
3.3.2 Pressupostos da inconstitucionalidade por omissão	42
3.3.3 O modelo de controle adequado	44
3.3.4 Controle difuso em sede de Ação Civil Pública	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48

REFERÊNCIAS.....50

APÊNDICE.....55